



JUCESP PROTOCOLO
0.606.195/14-2



Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Ri Happy Brinquedos S.A.

entre

Ri Happy Brinquedos S.A.,
como Emissora

e

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
representando a comunhão dos titulares das Debêntures
como Agente Fiduciário

Datado de
10 de junho de 2014

DUCE SP

10 00 11

Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Ri Happy Brinquedos S.A.

Pelo presente instrumento, como emissora,

RI HAPPY BRINQUEDOS S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Ipiranga, nº 200, andar terraço, conjunto 1, pavimento 6, Ed. Copan, Bairro República, CEP 01046-925, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 58.731.662/0001-11, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia"); e

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures de 1ª (primeira) emissão da Emissora, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Emissora, "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte")

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Ri Happy Brinquedos S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES**

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.1.1. Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 27 de maio de 2014 ("AGE"), nas quais foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

JUCESP
10 07 14
CLÁUSULA II
REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada, perante a CVM, do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão poderá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, Item I do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 03 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), apenas para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, sendo que tal registro está condicionado à expedição de diretrizes a serem especificadas pela ANBIMA.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação da Ata de AGE

2.2.1. A ata da AGE será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia de São Paulo" ("Jornais de Publicação"), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.3. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata de AGE, devidamente arquivada na JUCESP, bem como da referida publicação, tempestivamente.

2.3. Arquivamento da Escritura e Eventuais Aditamentos na JUCESP

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

DUCEAP

10.07.14

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da referida instrução.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) comércio varejista de brinquedos, papelaria, bazar, calçados, vestuário e confecções, cama e banho, utilidades domésticas em geral, puericultura leve e pesada, importação e exportação desses mesmos artigos, matéria prima de pelúcia e outros que possam assemelhar e de aparelhos e materiais de áudio, vídeo, telefonia e informática; e (ii) comércio de produtos alimentícios (papinhas, fórmulas, etc), cosméticos (fraldas, lenços umedecidos, shampoos, sabonetes, pastas e escovas de dentes, cremes, pomadas, etc), itens de segurança para bebês, acessórios e utensílios (chupeta, mamadeira, bomba extratora de leite, etc), importação e exportação desses mesmos artigos, mobiliários para bebês, e demais materiais e produtos de uso de crianças na faixa etária entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição no montante de R\$135.000.000,00 (cento trinta e cinco milhões de reais), com a intermediação do Banco

BRUNO

10.03.11

Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 1ª Emissão da Ri Happy Brinquedos S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido).

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles referidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão ou adquirirão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.2.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca desta Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil (conforme definido abaixo) imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.2.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante e o escriturador mandatário é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados para pagamento de parte do endividamento da Emissora perante ex-acionistas.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e desta Escritura, e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 66 (sessenta e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo portanto em 15 de dezembro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Evento de Inadimplemento e de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos das Cláusulas VII e VI, respectivamente.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures e Valor Total da Oferta Restrita:** Serão emitidas 13.500 (treze mil e quinhentas) Debêntures, totalizando R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais).

4.2. Remuneração

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. A remuneração das Debêntures será equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais dos Depósitos Interfinanceiros (DI Extragrupo) apuradas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página na Internet (www.cetip.com.br), expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa DI"), acrescida, de acordo com a fórmula apresentada abaixo, de uma sobretaxa de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, na Data de Vencimento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1], \text{ onde:}$$

700537

10 07 11

J: valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI: produtório dos fatores das Taxas DI-Over desde o início de cada Período de Capitalização (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

, onde:

n: número total de fatores das Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

TDI_k : Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

Spread: significa 2,0000.

DP: número de dias úteis entre a data de emissão, ou último pagamento, conforme o caso e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

10:07:14

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.1.1 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.1.2, 4.2.1.3 e 4.2.1.4 abaixo.

4.2.1.2 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, e/ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) a contar do término do prazo de 10 (dez) dias acima mencionado, convocar assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, que será aplicado observado o disposto na Cláusula 4.2.1.3 abaixo.

4.2.1.3 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior. Neste caso, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

700337
10 07 14

4.2.1.4 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial expressa, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.2.1.5 Para fins desta Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil.

4.2.1.6 Para fins desta Escritura, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.3. Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Remuneração

4.3.1. O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures será realizado pela Emissora em 3 (três) parcelas, anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2017 e o último na Data de Vencimento, ou conforme o caso, na data de eventual Evento de Inadimplemento ou na Data de Resgate Antecipado Facultativo. Os demais pagamentos serão conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento do Valor Nominal Unitário	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures
15 de dezembro de 2017	33,3300%
15 de dezembro de 2018	33,3300%
15 de dezembro de 2019	saldo do Valor Nominal Unitário

4.3.2. O pagamento da Remuneração será realizado em parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2014 e o último na Data de Vencimento. Os demais pagamentos serão de acordo com a tabela abaixo:

Datas de Pagamento da Remuneração
15 de dezembro de 2014
15 de dezembro de 2015
15 de dezembro de 2016
15 de dezembro de 2017
15 de dezembro de 2018
15 de dezembro de 2019

4.4. Local de Pagamento

4.4.1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, ou para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP: (i) por meio do Banco Liquidante ou (ii) na sede da Emissora ("Local de Pagamento").

10:07:14

4.5. Prorrogação dos Prazos

4.5.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.6. Encargos Moratórios

4.6.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor devido e não pago.

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.7.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

4.8. Preço de Subscrição

4.8.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização, observado o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Preço de Subscrição").

4.9. Forma de Subscrição e Prazo Integralização

4.9.1. As Debêntures serão subscritas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, durante o prazo de colocação das Debêntures, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM 476.

4.10. Repactuação

4.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

JUCESP
10 07 14

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.rihappy.com.br/ri>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.12.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será expedido pela CETIP extrato em nome do Debenturista, para as debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.13. Imunidade Tributária

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e a qualquer momento ("Período de Resgate"), realizar o resgate antecipado facultativo parcial ou total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

30.06.15

30.06.15

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado o Período de Resgate, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementada pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas na mesma data.

6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento imediatamente anterior, até a Data de Resgate Antecipado e de encargos devidos e não pagos ("Valor de Resgate"); (iii) a menção de que sobre o valor do item "ii" acima incidirá um prêmio *flat* calculado sobre o valor do Resgate Antecipado Facultativo ("Prêmio de Resgate"); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.1.3. O Prêmio de Resgate incidirá sobre o Valor de Resgate e será calculado conforme tabela abaixo:

Período do Resgate (a contar da Data de Emissão)	Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures
Desde a Data de Emissão até 15 de junho de 2015 (exclusive)	1,50%
De 15 de junho de 2015 (inclusive) até 15 de junho de 2017 (exclusive)	1,25%
De 15 de junho de 2017 (inclusive) até 15 de junho de 2018 (exclusive)	1,00%
A partir de 15 de junho de 2018 (inclusive)	0,75%

6.1.4. Na hipótese de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §2º da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.1.5. No caso de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

10.03.2019

10.03.19

6.1.6. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário, sobre o respectivo Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

6.1.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 6.1, serão obrigatoriamente canceladas.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento e eventuais encargos devidos e não pagos, na ocorrência de eventos estabelecidos na legislação aplicável ou ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

(i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do seu processamento ou do respectivo pedido;

(ii) a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência pela Emissora independentemente do deferimento do seu processamento ou do respectivo pedido; (c) pedido de falência da Emissora e formulado por terceiros não elidido no prazo legal;

(iii) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado em até 1 (um) Dia Útil contado das respectivas datas de vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;

(iv) liquidação, dissolução, extinção, cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações), venda ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique a alienação do controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto se a referida alienação (a) for realizada entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora, independentemente de qualquer comunicação; ou (b) for previamente aprovada por Debenturistas que reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim. Para fins deste item, não será considerada uma alienação do controle a realização de eventual oferta pública de ações (IPO ou *follow on*)

11.03.17

10.07.14

que porventura venha a ser realizada pela Emissora, desde que, após a realização da oferta pública de ações: (i) no caso de uma oferta pública de ações secundária, o atual controlador permaneça com no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação com o direito a voto da Emissora; e (ii) no caso de uma oferta pública primária de ações, o atual controlador não perca o Controle societário direto ou indireto da Emissora. Para fins desta Escritura entende-se como controle o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora ("Controle");

(v) redução de capital social da Emissora e/ou alteração de seu Estatuto Social que resulte no exercício do direito de retirada por acionistas da Emissora, em montante que, em qualquer dos casos, possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura.

(vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado perante o Agente Fiduciário, ou (b) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), no prazo legal;

(vii) não cumprimento de qualquer decisão arbitral definitiva, decisão administrativa definitiva de órgão governamental ou decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu valor equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de não cumprimento;

(viii) inobservância e/ou infringência pela Emissora das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e de saúde e segurança do trabalho, tais como combate a discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, bem como a crime contra o meio ambiente e/ou existência de restrições cadastrais, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo definidas na Portaria nº 2, de 12 de maio de 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

(ix) arresto ou sequestro ou penhora de bens do ativo permanente da Emissora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do fato, o arresto ou sequestro seja cancelado ou suspenso;

(x) pagamento, pela Emissora, de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja inadimplente com as obrigações previstas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;

(xi) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

(xii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da

11.03.17

10.07.17

ocorrência do descumprimento, quando não houver prazo específico estipulado para este fim;

(xiii) caso as declarações feitas pela Emissora na Escritura sejam falsas ou enganosas, incorretas, inconsistentes ou incompletas;

(xiv) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou defesa da concorrência, entre outros, que possa vir afetar a capacidade operacional ou financeira da Emissora, bem como descumprimento dos Princípios do Equador;

(xv) transferência ou alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim;

(xvi) vencimento antecipado ou decretação de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias a que estejam sujeitas a Companhia e/ou de qualquer Controlada, seja como tomadora ou como garantidora, decorrentes de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional;

(xvii) cessão, promessa de cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura;

(xviii) alteração do objeto social da Emissora que resulte: (i) alteração relevante no setor de atuação ou (ii) agregar as suas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios relevantes e significativos em relação às atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora;

(xix) questionamento judicial pela Companhia desta Escritura de Emissão;

(xx) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças (inclusive ambientais), necessárias para o regular exercício das atividades da Companhia;

(xxi) não observância dos seguintes limites e índices financeiros, calculados com relação às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil: ("Índices Financeiros"):

a) Dívida Líquida / EBITDA consolidado menor ou igual aos índices apontados na tabela abaixo:

Ano	Dívida Líquida / EBITDA
2014	3,0x
A partir de 2015	2,5x

b) Manutenção do índice EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas consolidado maior ou igual 1,30x.

11:03:57

10/07/14

Os Índices Financeiros descritos nos itens (a) e (b) acima serão, para fins de vencimento antecipado nos termos desta Cláusula 7.1 (xxi), verificados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, a partir (e inclusive) de 31 de dezembro de 2014.

Para fins do presente item, considera-se:

"Dívida Líquida", a somatória da rubrica de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, títulos e valores mobiliários representativos de dívida no mercado de capitais local e/ou internacional, dívidas tributárias refletidas no balanço patrimonial, mais a rubrica de operações com derivativos, antecipação de recebíveis com regresso à Emissora, dívidas relacionadas a aquisição, dívidas com partes relacionadas, avais, fianças penhores, garantias prestadas a terceiros, bem como qualquer outra rubrica que se refira a dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (ii) as aplicações financeiras em garantia.

"EBITDA", o somatório dos últimos 12 (doze) meses (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos o impostos de renda, a contribuição social sobre o lucro e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização e (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) das despesas não recorrentes ou não operacionais deduzidas das receitas não recorrentes ou não operacionais.

"Despesas Financeiras Líquidas", a diferença entre a rubrica de despesas financeiras e de receitas financeiras nas demonstrações de resultados do exercício, conforme normas contábeis vigentes à época.

7.1.1. A Emissora obriga-se a, 1 (um) Dia Útil após tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

7.1.2. A ocorrência dos eventos descritos nos itens i, ii, iii, iv, v, xii, xvii, xviii acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

7.1.2.1. Exceto conforme previsto na Cláusula 7.1.2 acima, que acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 7.1.2.1. anterior poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário **não declare** o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na

10 03 11

Cláusula 7.1.3 supra, no caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, ou ainda, em caso de instalação, mas não aprovação por insuficiência de quórum de votação em segunda convocação, deverá o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

7.1.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nas hipóteses das Cláusulas 7.1.2 a 7.1.4, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à Emissora, com cópia para a CETIP, bem como ao Banco Liquidante, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, informando o vencimento antecipado.

7.1.6. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 03 (três) Dias Úteis contados do protocolo do recebimento, pela Emissora, da carta mencionada na Cláusula 7.1.5. acima.

7.1.7 A Companhia concorda desde já que, na hipótese de comparecer a Assembleia Geral de Debenturistas que delibere sobre o vencimento antecipado das Debêntures, ficam dispensadas as notificações descritas nos itens 7.1.5 e 7.1.6, devendo efetuar o resgate antecipado das Debêntures no prazo de 4 (quatro) dias úteis, da realização da Assembleia Geral de Debenturistas.

7.1.8. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 7.1.6. ou 7.1.7 acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário e a Remuneração das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7.1.9. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados na Cláusula 7.1 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 7.1.5, no que diz respeito às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 7.1.5 ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência.

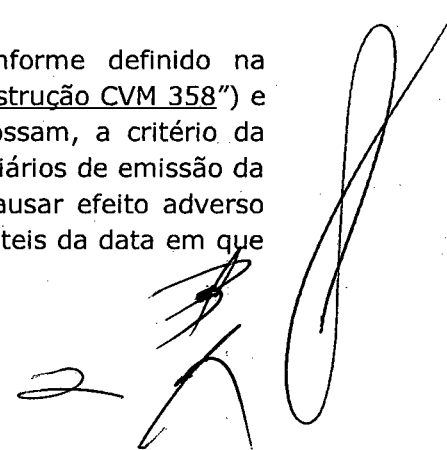
CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- a. os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definido na Instrução CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358") e atas de assembleias que envolvam matérias que possam, a critério da Emissora, de alguma forma, impactar os valores mobiliários de emissão da Emissora, afetar sua capacidade de pagamento ou causar efeito adverso relevante sobre as Debêntures, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que



DUCE SP

10 DE 11

forem divulgados ao mercado, ressalvado que caso venham a ser solicitados quaisquer desses documentos pelo Agente Fiduciário e que não tenham sido originalmente encaminhados pela Emissora, essa deverá enviá-los em até 03 (três) Dias Úteis;

- b. no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação, cópia de todos os documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário com relação a qualquer incorporação, fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, incluindo cópia das demonstrações financeiras da Emissora levantadas após cada um destes eventos; cópia de qualquer notificação judicial recebida pela Emissora, que possa resultar, a critério da Emissora, em um efeito adverso materialmente relevante sobre as Debêntures no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do seu recebimento, ressalvado que caso venham a ser solicitados quaisquer desses documentos pelo Agente Fiduciário e que não tenham sido originalmente encaminhados pela Emissora, essa deverá enviá-los em até 3 (três) Dias Úteis;
- c. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- d. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
- e. dentro de 2 (dois) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, não abrangida pelas demais alíneas deste item (i), a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") ; e
- f. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) todos os dados financeiros, inclusive demonstrações financeiras referentes ao exercício social então encerrado, completas e auditadas da Emissora, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como o relatório da administração e do parecer elaborado pelos auditores independentes contratados pela Companhia, (ii) declaração de diretor da Emissora atestando (a) o cumprimento das disposições desta Escritura, especialmente com relação aos Índices Financeiros e detalhando, caso não haja o cumprimento, o motivo para tal descumprimento; (b) da veracidade, ausência de vícios e suficiência das informações apresentadas, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam

JUCESP

10.07.11

necessários; (c) atestando que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (d) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (e) atestando que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto; (iii) atos societários; e (iv) todos os demais documentos necessários à realização do relatório mencionado no item (xii) da Cláusula 9.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM;

- g. tempestivamente após a respectiva inscrição na JUCESP e registro ou averbação perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, uma via original desta Escritura e de seus aditamentos;
- h. no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após a data a que se refere o inciso f(i) acima, relatório específico elaborado pelos auditores independentes contratados pela Companhia contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros .

(ii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;

(iii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, material e adversamente relevante nas condições financeiras, econômicas ou comerciais da Emissora (a) que possa, comprovadamente, afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures; ou (b) que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, a seu exclusivo critério, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (c) que faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;

(iv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, administrado pela CETIP, durante o prazo de vigência das Debêntures, efetuando pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao referido registro;

(v) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:

- a. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- b. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- c. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede

WUOLSP

10 02 14

mundial de computadores no endereço <http://www.rihappy.com.br/ri>, e encaminhar à CETIP, dentro de três meses contados do encerramento do exercício social;

- d. manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;
 - e. observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - g. fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (vi) observar toda a legislação aplicável à Emissora e à Emissão, incluindo, sem limitação, as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com exceção do seu inciso III;
- (vii) comunicar em 1 (um) Dia Útil à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (viii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (ix) convocar, nos termos das Cláusulas 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (x) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;
- (xi) não realizar operações fora de seu atual objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xii) não praticar nenhum ato em desacordo com seu atual Estatuto Social ou com esta Escritura, em especial os que possam, diretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xiii) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, inclusive ambientais, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens, bem como com os padrões e diretrizes estabelecidos pelos Princípios do Equador adotando medidas e ações necessárias à prevenção, mitigação, correção e compensação de eventuais danos e/ou irregularidades ambientais e sociais, e declara ainda que a utilização dos valores objeto das Debêntures não implicará violação de seus dispositivos;
- (xiv) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima;

DUCESP

10 07 11

(xv) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário;

(xvi) manter válidas e regulares, inclusive sem questionamentos judiciais, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, esta Escritura, suas declarações e as garantias apresentadas nesta Emissão, no que for aplicável;

(xvii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;

(xviii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xix) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(xx) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;

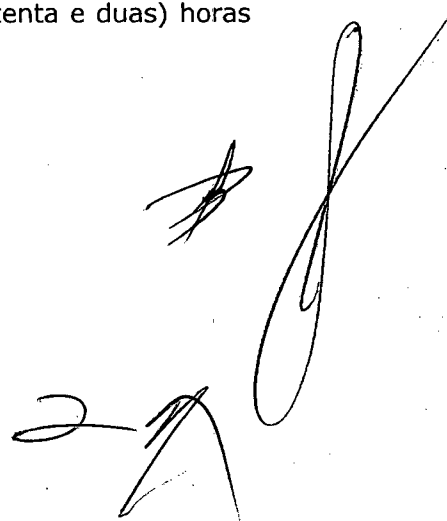
(xxi) informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme ICVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e

(xxii) calcular e apresentar ao Agente Fiduciário, em até 90 (noventa) dias após o término do respectivo trimestre (exceto pelo último trimestre do exercício social), a partir (e inclusive) do trimestre civil imediatamente seguinte à Emissão, os Índices Financeiros trimestrais, nos moldes previstos na cláusula 8.1.(i).(f) acima. Os Índices Financeiros trimestrais, exceto pelos Índices Financeiros referentes ao exercício social findo, não serão objeto de mensuração para fins do vencimento antecipado previsto na cláusula 7.1.(xxi) acima.

8.1.1. As obrigações da Emissora para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico para seu cumprimento, serão exigíveis no prazo de 72 (setenta e duas) horas contadas da ocorrência.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação



10.03.14

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

(i) não ter nenhum impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(iv) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(v) estar ciente da Circular nº 1.832 do Banco Central do Brasil de 31 de outubro de 1990;

(vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

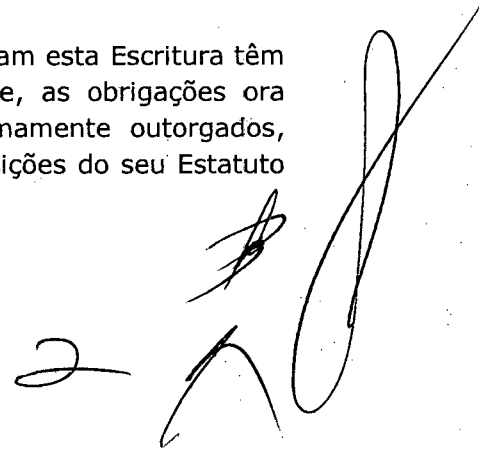
(vii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(viii) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(ix) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(x) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;

(xi) que os representantes legais do Agente Fiduciário que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições do seu Estatuto Social;



JUCESP

10 05 14

(xii) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário; e

(xiii) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

9.3. Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a total liquidação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto iniciará o exercício de suas funções na data do aditamento a esta Escritura relacionado à referida substituição e receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto

DUCE SP

10.07.14

será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, sem prejuízo da incidência de descumprimento de obrigação não pecuniária, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (ix) solicitar, quando comprovadamente se fizer necessário, através de relatório que fundamente a necessidade, auditoria extraordinária na Emissora, que deverá ser arcada por esta;

700357

10 07 14

(x) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (f) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (g) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração, se for o caso;
- (i) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

(xiii) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xii) aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

10:07:14

(c) na CVM e na CETIP; e

(d) na sede do Coordenador Líder.

(xiv) publicar, às expensas da Emissora, nos Jornais de Publicação, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiii) imediatamente anterior;

(xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;

(xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(a) à CVM; e

(b) à CETIP;

(xviii) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas; e

(xix) acompanhar, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 4.2 deste instrumento, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou em seu site (<http://www.pentagonotruster.com.br/>).

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura;

(ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

DUCE 37

10 07 11

(iii) representar os Debenturistas em eventual processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 9.5.1 acima.

9.5.3. Os atos ou manifestações do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como os atos ou manifestações relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando assim previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.5.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações a ele transmitidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e dos termos e condições desta Escritura, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou desta Escritura.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei, desta Escritura, remuneração composta de parcelas anuais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes.

9.6.1.1. As parcelas da remuneração referenciadas nas Cláusulas 9.6.1 acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou ainda, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento seguintes, calculados *pro rata die*, se necessário.

9.6.1.2. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora, assim que solicitado, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

DUCESP
10 07 14

9.6.1.3. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.1.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

9.6.1.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos Encargos Moratórios conforme Cláusula 4.6. acima, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.3. As parcelas da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário excetuando-se o Imposto de Renda (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.4. Na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima por um período superior a 30 (trinta) dias, referida remuneração será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.

9.7. Despesas

9.7.1 As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, quando comprovadamente se fizer necessário, despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

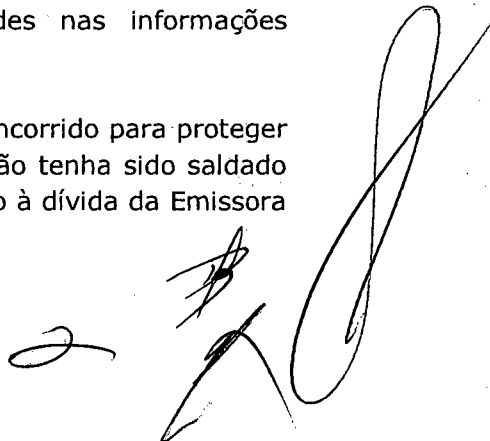
9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado, em até 30 (trinta) dias corridos, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das cópias dos comprovantes de pagamento.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário tenha que incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas na proporção de seus créditos, exceto nas hipóteses em que as despesas sejam feitas em caráter de comprovada urgência, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

9.7.4 As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (iv) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação quando necessárias ao desempenho das suas funções;
- (v) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e
- (vi) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora



DUCEAP

10.07.14

e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferido a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetue suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, em um prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

10.3. Quorum de Deliberação

DUCESP

10.07.11

10.3.1 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.2 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima:

- (i) os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura, caso aplicável; e
- (ii) qualquer alteração: (a) na Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.1.4 acima; (b) em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) nos Eventos de Inadimplemento, incluindo a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, e em quaisquer disposições previstas na Cláusula VII desta Escritura; (d) nas regras relacionadas ao Resgate Antecipado Facultativo previstas na Cláusula VI desta Escritura; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das Debêntures; em qualquer destas 6 (seis) hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. Declarações da Emissora

11.1.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (i) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem

DUCE SP

10 07 14

resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(iii) esta Escritura constitui obrigação legalmente válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, tendo os representantes legais que assinam esta Escritura poderes para assumir, em nome da Emissora, as obrigações nela estabelecidas;

(iv) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

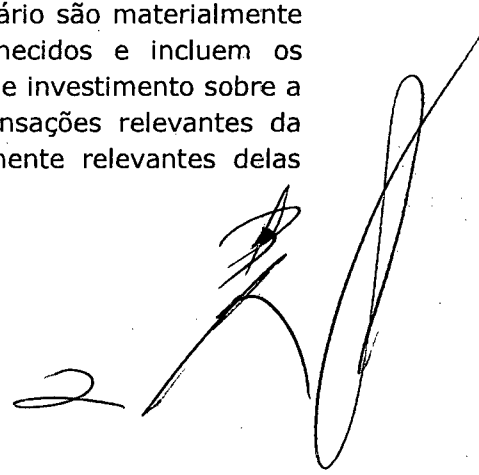
(v) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução dos negócios da Emissora e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando, quando o caso, as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(vi) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Emissora não tem conhecimento de nenhum impacto adverso relevante que cause prejuízos na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que gere prejuízos ou seja relevante para a Emissora, bem como não houve qualquer alteração no capital social.

(vii) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial, material e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;

(viii) manterá em vigor toda a estrutura de autorizações, instrumentos e contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(ix) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;



DUCE SP

10 07 14

(x) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;

(xi) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;

(xii) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(xiii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;

(xiv) tem conhecimento de que a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(xv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e

(xvi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

11.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes, a partir da data em que forem prestadas.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada entre as Partes em virtude deste Contrato deverá ser entregue pessoalmente, por correio, *courier* ou correio eletrônico, desde que, em qualquer hipótese, acompanhada de comprovante de recebimento, devendo ser endereçada a:

Para a Emissora:

Ri Happy Brinquedos S.A.

Av. Ipiranga, nº 200, andar terraço, conjunto 1, pavimento 6, Ed. Copan, Bairro República

CEP 01046-925-120, São Paulo, SP

At.: Sr. Antonio Guimarães e Sr. Palmarino Frizzo Neto

JUCESP
10 07 14

Tel.: (11) 2117-2666 (ramal 2711) / 2117-8165
E-mail: ajguima@rihappy.com.br / pfneto@rihappy.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Título e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca
CEP 22.640-102
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio M. Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Núcleo administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
CEP 06029-900, Osasco, SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo
Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2852
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP – Mercados Organizados:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para a CVM (quando aplicável):

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º e 4º andares
São Paulo – SP
At.: Centro de Consulta da CVM-RJ
Site: www.cvm.gov.br

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues (i) quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, nos endereços acima; e (ii) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto acima serão arcados pela parte inadimplente.

DUCEB
10 07 14

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Para prestar os serviços aqui especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao aqui disposto, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores.

12.3.2. Sem prejuízo do dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.4. Independência das Disposições da Escritura

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Custos de Registro

JUCESP
10 07 14

12.7.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.8. Lei Aplicável

12.8.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

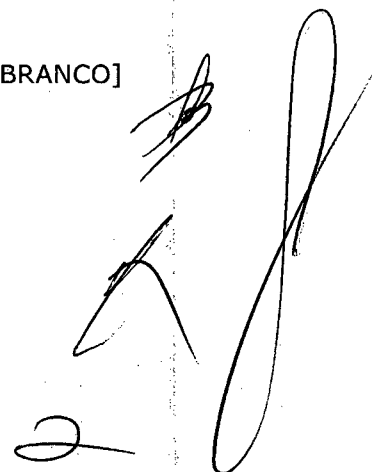
12.9. Foro

12.9.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 10 de junho de 2014.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



700257

10 07 14

Página de Assinatura 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Ri Happy Brinquedos S.A.

RI HAPPY BRINQUEDOS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

JUCESP

10.02.11

Página de Assinatura 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Ri Happy Brinquedos S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULO E VALORES MOBILIÁRIOS



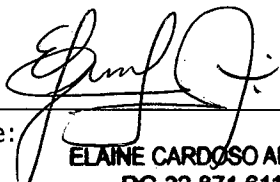
Nome: PAULO LUIZ FERREIRA
Cargo: PROCURADOR

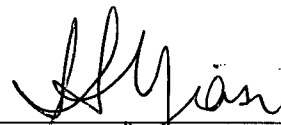


JUCESP
10 07 14

Página de Assinatura 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Ri Happy Brinquedos S.A.

Testemunhas:


Nome: **ELAINE CARDOSO ADRIANO**
CPF: **RG 32.871.611-X**
CPF 218.136.948-85


Nome: **SORAYA STENIER BIASI**
CPF: **RG 15.782.020-8**
CPF 084.067.978-51





